

Resenhas

Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)

autor	Alexandre Mansur Barata
cidade	Campinas
editora	Editora da UNICAMP / Centro de Memória – UNICAMP
ano	1999

O livro *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*, de Alexandre Mansur Barata, é a publicação de sua dissertação de mestrado, defendida em 1992 no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da professora doutora Angela de Castro Gomes. Para os historiadores da educação, essa obra permite fecundas reflexões, seja no âmbito do universo maçônico, seja no campo da história comparada, ao propiciar paralelos entre iniciativas educacionais desenvolvidas no Brasil na Primeira República.

O autor procura situar-se entre a pequena produção acadêmica sobre a temática da maçonaria no Brasil e a grande produção historiográfica de estudiosos maçons. Os textos produzidos nos círculos dos pedreiros-livres – assim como a grande maioria das fontes primárias sobre temáticas maçônicas – não se encontram inteiramente ao alcance dos historiadores “profanos”. Entretanto, Alexandre Mansur afirma a possibilidade de escrever a história da maçonaria no Brasil com base na documentação disponível: jornais, constituições, regulamentos, relatórios, manifestos, discursos e conferências. Parte dessa documentação pode ser encontrada na Biblioteca Nacional. Por exemplo, o *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, jornal oficial da maçonaria brasileira e editado no Rio de Janeiro entre 1871 e 1910.

O livro se divide em quatro capítulos. No primeiro, o autor procura, de uma forma bastante didática, traçar um quadro histórico geral da maçonaria, particularmente quanto à sua estrutura organizacional. A maçonaria moderna – surgida na Inglaterra em 1717 – é caracterizada como uma sociedade de pensamento. Partindo das reflexões de

Maurice Agulhon, Augustin Cochin e François Furet, o autor situa a maçonaria como uma instituição “profundamente vinculada à nova sociabilidade pré-democrática que se consolidava na França do século XVIII” (p. 36). Através de diversas iniciativas, as lojas tornaram-se o instrumento privilegiado para a divulgação do ideário liberal e dos princípios da “Ilustração”. O autor também procura destacar os elementos da tradição medieval européia presentes na organização maçônica: a disposição dos objetos e do mobiliário, a “arquitetura” da loja, a rígida hierarquia, os ritos – em particular, a cerimônia de iniciação.

O segundo capítulo é uma síntese da atuação da maçonaria no Brasil, desde os primeiros anos do século XIX. O autor afirma que a introdução da “Ordem” no Brasil resultou das transformações ocorridas em Portugal a partir das reformas pombalinas. A sociabilidade maçônica foi trazida na bagagem dos jovens brasileiros que iam estudar na Universidade de Coimbra (aliás, reformada por Pombal em fins do século XVIII). Muitos desses estudantes brasileiros prosseguiram seus estudos em universidades inglesas e francesas, nas quais aprofundavam seus vínculos com os círculos maçônicos. A Faculdade de Medicina de Montpellier, muito procurada pelos estudantes brasileiros na época, constituía-se num dos núcleos de pedreiros-livres no sul da França.

As lojas estabelecidas no Brasil no início do século XIX – em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro – assumiram um caráter predominantemente antimetropolitano. Nesse sentido, o autor, em concordância com a historiografia, reafirma o profundo vínculo entre a maçonaria e a emancipação política do Brasil.

O movimento maçônico brasileiro foi marcado por um clima de dissensão e insuperáveis divergências internas – reflexo, aliás, da heterogênea composição interna de seus quadros. O autor apresenta algumas épocas como as de maior intensidade nas divisões internas do “povo maçônico” no Brasil. Nos momentos decisivos de nossa emancipação política, as divergências manifestaram-se na oposição entre “republicanos” (ou “democratas”), capitaneados por Gonçalves Ledo), e os partidários da monarquia centralizada, liderados por José Bonifácio. Após o término do I Reinado, dois “Grandes Orientes” são organizados: o Grande Oriente do Brasil, sob o comando de Bonifácio, e o Grande Oriente Nacional Brasileiro da Rua do Pas-

seio, constituído pelos inimigos políticos dos Andradas. Nas décadas finais do II Reinado, o Grande Oriente do Brasil (GOB) voltou a dividir-se: havia o GOB do vale do Lavradio, aglutinando os maçons defensores da monarquia e influenciados pela maçonaria inglesa; e o GOB do vale dos Beneditinos, que reuniu os maçons republicanos e que estava alinhado à maçonaria francesa. Além disso, após a Proclamação da República, houve a “federalização” da maçonaria brasileira, com o surgimento dos “Grandes Orientes” estaduais, particularmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul (1893) e também em Minas Gerais (1894). De qualquer forma, convém ressaltar que, entre 1883 e 1927, a maçonaria brasileira esteve unida pelo do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil – o que representou, segundo o autor, um vitorioso esforço de fortalecimento institucional da ordem maçônica, iniciado no período de transição entre o Império e a República.

Em termos da organização do espaço maçônico, Mansur Barata destaca duas fases de crescimento da maçonaria brasileira: 1860-1880 e 1890-1910. A essa última fase seguiu-se um período de refluxo. São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais foram as principais regiões brasileiras com forte presença maçônica entre fins do século XIX e princípio do XX. Em contraste com a época da independência, quando a maçonaria predominara na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Sem aprofundar a análise, o autor esboça alguns fatores que auxiliam a compreensão dessa “geografia do esquadro e do compasso”: densidade populacional, crescimento econômico, taxa de alfabetização da população masculina e infra-estrutura de comunicação.

No terceiro capítulo, o autor dedica-se a acompanhar a aproximação dos maçons com o movimento da “Ilustração” brasileira, por meio dos debates e embates, conflitos e confrontos que ocorreram entre a maçonaria e a Igreja. A “Ilustração” brasileira, na concepção de Roque Spencer Maciel de Barros, foi um amplo movimento de idéias que se estendeu de 1870 a 1914 e marcou toda uma geração de intelectuais. No contexto da questão religiosa, o autor resgata o discurso maçônico, na verdade *múltiplos discursos* de maçons, que se apresentavam ou como partidários do regalismo e opositores do ultramontanismo (o círculo do Lavradio) ou como defensores dos princípios liberais, consubstanciados na liberdade de consciência e

baseados num amplo processo de secularização da sociedade e de separação entre a Igreja e o Estado (círculo dos Beneditinos). Como contraponto, o autor apresenta as transformações sofridas pela Igreja católica no Brasil, que paulatinamente se afastou de uma orientação mais “heterodoxa” (pois em termos doutrinários assentava-se no regalismo e no jansenismo) em direção à ortodoxia, representada pelo processo de romanização do clero sob influência dos princípios ultramontanos. A fragilidade organizacional católica foi suplantada, a partir de meados do século XIX, por um forte processo de “construção institucional” da Igreja, capacitando-a para se tornar um pólo de difusão do discurso conservador. O momento de inflexão, situado por Alexandre Mansur a partir de 1870, ocorreu, entretanto, um pouco antes. Na província de São Paulo, pelo menos, desde o bispado de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861) e a abertura do Seminário Diocesano (em 1856) para promover amplas medidas disciplinadoras do clero paulista, como nos informa Maria Lúcia S. Hilsdorf Barbanti (1977) e Augustin Wernet (1987). Afinal, no Concílio Vaticano, em 1870, todos os bispos do Brasil foram favoráveis à tese da infalibilidade papal, marca do triunfo do ultramontanismo e da romanização da Igreja.

No último capítulo, o autor se propõe a “repensar o papel desempenhado pela Maçonaria no final do século XIX e início do século XX” (p. 115), vinculando-a à “Ilustração” brasileira e apresentando elementos para a compreensão dos mecanismos utilizados pelos pedreiros-livres para a efetivação de seus objetivos políticos. Em contraste com a historiografia mais tradicional, Alexandre Mansur Barata nega que a maçonaria tenha apresentado uma atuação inexpressiva após os momentos decisivos da emancipação política do Brasil, na primeira metade do século XIX.

Entre 1870 e 1910 as lojas brasileiras transformaram-se em “centros de discussão e de formação de consenso sobre os grandes temas que procuravam construir uma nova identidade nacional” (p. 117). Duas temáticas merecem destaque: a “questão servil” e a questão da república como forma de governo ideal.

Em relação à questão da mão-de-obra escrava, os pedreiros-livres atuaram como formadores da opinião pública, por intermédio da imprensa e dos debates no parlamento, apresentando duas posturas básicas: como defensores da “emancipação” do elemento servil, através

de sua libertação gradual mediante indenizações aos proprietários; ou como partidários da “abolição”, isto é, da libertação imediata e sem indenizações. E como as lojas fundadas na década de 1870 estavam – em sua maioria – vinculadas ao Grande Oriente dos Beneditinos, do círculo republicano de Saldanha Marinho, e situavam-se em províncias de expressiva mobilização republicana (a Corte, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais), o autor reforça a conclusão de pesquisadores que estabeleceram vínculos entre a maçonaria e o ideário republicano, como Maria Lúcia Hilsdorf Barbanti (1977) e Carmen Sylvia Vidigal Moraes (1981 e 1990).

Outra forma de atuação dos maçons entre 1870 e 1910 refere-se a esforços para “fortalecer a própria organização maçônica” (p. 133), através da ampliação da quantidade de lojas e de políticas de formação dos membros da maçonaria. O ideário maçônico recebeu ampla divulgação: nos debates parlamentares, com a edição de boletins de circulação restrita, com a criação de pequenos jornais destinados ao público em geral, além das inúmeras contribuições de maçons na “grande imprensa”. Ao mesmo tempo, diversas iniciativas concretas são efetivadas, com destaque para as que resultaram na criação de instituições de auxílio mútuo, de beneficência e de educação. Se as instituições de auxílio mútuo eram restritas ao “povo maçônico”, as de beneficência (asilos, hospitais e orfanatos) e as educacionais estavam, entretanto, destinadas a todos os homens, fossem maçons ou “profanos”.

Para Alexandre Mansur, de todas essas iniciativas, a que apresentou melhores resultados foi a “construção de uma ampla rede de escolas primárias e de bibliotecas” (p. 138), com aulas diurnas e noturnas, para os filhos dos maçons e para as classes populares, atendendo tanto aos homens quanto às mulheres. As escolas criadas e mantidas pelas lojas propunham-se a difundir a instrução para promover o progresso e alargar a civilização, disseminando os princípios democráticos e a defesa da liberdade, principalmente a liberdade de consciência. Dessa forma, a universalização do ensino laico transformou-se na principal bandeira de luta contra os conservadores. As lojas assumiram uma função pedagógica, ao promover a formação política na mais ampla acepção do termo. Na batalha que se travava entre as “luzes” da ciência, do progresso e da civilização em oposição às “trevas” da ignorância, da intolerância e do atraso, os maçons atuavam discretamente, nas “sombras”. A estratégia maçônica voltava-se para

os setores populares, através da ampliação quantitativa das escolas leigas, em oposição à estratégia da Igreja católica, centrada na educação das elites.

Em junho de 1922 – conforme o *Livro Maçônico do Centenário* (Rio de Janeiro, 1922), documento citado pelo autor – a maçonaria brasileira mantinha 132 escolas em 16 estados, com 7.030 alunos matriculados (quadro 2, p. 141). Desses total, 59 escolas com 4.626 alunos eram mantidas pelos “homens do esquadro e do compasso” no estado de São Paulo. Ou seja, cerca de 45% das escolas maçônicas (com 66% dos alunos) estavam estabelecidas no território paulista.

Para o autor, a maçonaria assumiu um papel primordial no enfrentamento da “questão social”, através da busca da harmonização entre capital e trabalho, com a adoção de uma estratégia de “incentivo à formação de associações operárias e a ampliação do número de escolas voltadas para o operariado” (p. 143).

A leitura de *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira* reveste-se de grande importância, seja para os estudiosos das temáticas maçônicas, seja para os que buscam a compreensão da história da Primeira República no Brasil. Todavia, algumas observações fazem-se necessárias. O estudo de Jean-Pierre Bastian (1989) sobre os “dissidentes” mexicanos entre 1872 e 1911 mereceria, portanto, ser citado. Bastian, mesmo tratando da história do México, poderia auxiliar no esclarecimento das relações e no mapeamento das aproximações entre pedreiros-livres e “ilustrados”. Outra questão refere-se à adoção, pelo autor, do conceito de “Ilustração” brasileira para o entendimento do período abrangido. No nosso entender, a análise de Maciel de Barros parece adequar-se satisfatoriamente apenas ao período que se estendeu de 1868 ao término da Questão Religiosa. Por último, a abordagem do modo maçônico de enfrentar a “questão social” nos primórdios da república – que o autor menciona no final do quarto capítulo – exigiria uma abordagem mais aprofundada, que contemplasse as aproximações mas também os embates entre maçons e o movimento operário de orientação libertária e o sindicalismo revolucionário.

E qual é a relevância do texto de Mansur Barata para os estudos no campo da história da educação?

O conceito de sociabilidade, analisado ao longo do texto, assume uma importância capital para a compreensão da presença maçô-

nica e da ação dos maçons na história brasileira. “A sociabilidade proporcionada pela Maçonaria a transformava em sede de uma racionalidade e de uma pedagogia ilustrada, mediante as práticas do sufrágio, do debate entre os pares e da deliberação” (p. 91). Além disso, esta sociabilidade “por ser secreta, exclui todos os que não estão implicitamente incluídos, mas que, paradoxalmente, tem por princípio moral abarcar em seu seio toda a humanidade” (p. 136). Ou seja, configurava-se um grupo, herdeiro da Ilustração, que se protegeria nas sombras do segredo para difundir ideais políticos de intensa luminosidade e destinados a *toda* a humanidade. A estratégia maçônica organizava-se em torno de procedimentos pedagógicos, com a divulgação do ideário liberal pela palavra, seja escrita ou falada, por jornais, conferências, debates e escolas para alfabetização do povo.

Os ideais políticos da maçonaria podem ser explicitados pela identificação dos possíveis aliados e adversários, como se percebe no texto abaixo, discurso pronunciado numa cerimônia do Grande Oriente, em 1897, por Quintino Bocaiúva, líder republicano e grão-mestre do GOB entre 1901 e 1904:

É isto que nós Maçons chamamos de ALTA POLÍTICA; tal qual delineada na nossa constituição. [...] A nossa política, tão grande como a nossa instituição, é aquela que nos faz amar o CRISTIANISMO, e detestar o JESUITISMO; que nos impele a estudar e ouvir os SOCIALISTAS e rebater os ANARQUISTAS; que nos obriga a aceitar e manter a REPÚBLICA e repelir a MONARQUIA; que nos dá a diferença profunda entre o JACOBINISMO e PATRIOTISMO; pois este é um sentimento de amor, e é aquele um mau sentimento de ódio, contrário ao nosso lema de FRATERNIDADE universal, dos homens e dos povos [pp. 116-117].

Para os historiadores da educação, o texto de Alexandre Mansur Barata torna claro a possibilidade de investigação do universo maçônico, ao apresentar pistas para a localização de séries documentais acessíveis aos pesquisadores. E, ao mencionar a existência de um número significativo de pequenas escolas no Brasil (principalmente em São Paulo) nas primeiras décadas republicanas, proporciona um campo fértil e um caminho promissor para as pesquisas das escolas

e das instituições escolares enquanto iniciativas concretas. Além disso, essas pequenas escolas foram criadas à margem das *grandes instituições* de educação escolar da época, fossem públicas ou confessionais. Convém lembrar que houve também algumas grandes iniciativas educacionais maçônicas, como o Colégio *Culto à Ciência* de Campinas ou o *Liceu de Artes e Ofícios* de São Paulo. Entretanto, a existência dessas pequenas escolas – que nasceram, viveram e desapareceram à sombra das colunas das lojas – possibilita estudos de história comparada, particularmente se confrontadas com iniciativas semelhantes de outras “sociedades de pensamento”, como as escolas dos protestantes ou as dos libertários. Por último, possibilita a reflexão sobre aquela “nova” sociabilidade que se procurava instaurar na jovem república brasileira, em consonância com a modernidade e que, pelo menos em alguns momentos “de profunda escuridão”, aglutinara liberais, maçons, protestantes, cientificistas e libertários.

Fernando Antonio Peres
Mestrando em Educação
Universidade de São Paulo

Referências Bibliográficas

- BARBANTI, Maria Lúcia S. Hilsdorf (1977). *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Dissertação (Mestrado) – FEUSP, São Paulo.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal (1981). *O ideário republicano e a educação: o colégio “Culto à Ciência” de Campinas (1869-1892)*. Dissertação (Mestrado) – FEUSP, São Paulo.
- . (1990). *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo – 1873 a 1934*. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo.
- WERNET, Augustin (1987). *A Igreja paulista no século XIX – a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo, Ática. (coleção Ensaio, 120).